

Claudio Gurgel
Paulo Emílio Matos Martins
(Organizadores)

**ESTADO,
ORGANIZAÇÃO
E PENSAMENTO
SOCIAL BRASILEIRO**



Niterói, 2013

NEPOMUCENO, ERIC (Org.). **Darcy Ribeiro: crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

RAMOS, Guerreiro. **A Redução sociológica**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: estudos de Antropologia da Civilização**. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977. (Primeira edição em 1970).

RIBEIRO, Darcy. **Apreciações**. Rio de Janeiro: FUNDAR, 1997a. Disponível em <http://www.fundar.org.br/>. Acesso em 15 fev. 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

RIBEIRO, Darcy. **Fazimentos**. Rio de Janeiro: FUNDAR, [1997?]. Disponível em <http://www.fundar.org.br/>. Acesso em 15 fev. 2010.

RIBEIRO, Darcy. 1964: um Testemunho. In: NESTROVSKI, Arthur. **Figuras do Brasil: 80 autores em 80 anos de Folha**. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 220-224.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: UnB, 2009.

ECOS DO POVO EM TEMPOS DE INDIVIDUALISMO CONSUMISTA*

*Maria Ceci Misoczky**, Guilherme Dornelas Câmara***
e Ellen Carnonari*****

O tema do desenvolvimento nacional está, novamente, no centro da agenda social e política. Esta centralidade pode ser constatada nas manifestações de parcelas expressivas da intelectualidade brasileira e nas ações e propostas de dirigentes políticos e administradores públicos. A esse respeito, Ridenti (2009, p.1) registra que “ressurgiu das cinzas e, até mesmo, ganhou predominância no universo político nacional, particularmente entre as forças de esquerda, uma corrente de pensamento que se julgava parte da história passada, supostamente morta e enterrada nos anos 1960, o desenvolvimentismo”. Perguntava, ainda, se “seria pertinente retomar o desenvolvimentismo sem maiores reflexões sobre seus alcances, tão debatidos nos últimos 40 anos”, lembrando que nos anos 1950 e 1960 o desenvolvimento nacional era o grande tema da economia política.

* Agradecemos a apoio do CNPq ao Projeto de Pesquisa do qual se originou este texto.

** Médica sanitária, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutora em Administração. Docente e pesquisadora da Escola de Administração da UFRGS e do seu Programa de Pós-Graduação em Administração. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Gestão em Saúde e Organização e Práxis Libertadora.

*** Doutorando na área de Organizações no PPGA/EA/UFRGS; editor executivo da REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos. Atua nas linhas do Grupo de Pesquisa Organizações e Práxis Libertadora: estudos críticos do desenvolvimento, pensamento social brasileiro, formação de políticas públicas, práticas organizacionais de lutas e movimentos sociais.

**** Estudante de Administração da UFRGS; Bolsista de iniciação científica no projeto “Desenvolvimento: perspectivas em disputa”, do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora.

Inspirados pela reemergência deste tema e por estas perguntas, elaboramos um Projeto de Pesquisa cujo objetivo é “analisar a tradição do pensamento social brasileiro, expresso por intelectuais, artistas e políticos que, nas décadas de 1950 e 1960, articulavam seu discurso em torno dos temas nação, povo e desenvolvimento, em sua relação com o discurso atual sobre desenvolvimento nacional”. Este texto é, portanto, parte das reflexões produzidas no âmbito deste Projeto. Aqui nos detemos especificamente no tema do povo em sua relação com o discurso atual sobre desenvolvimento nacional, marcado pela transformação de toda mulher e de todo homem em um indivíduo que busca a satisfação de suas necessidades no mercado, na condição de consumidor.

Alguns discursos da presidenta Dilma se dirigem diretamente a este indivíduo consumidor:

Estamos avançando de forma muito significativa na democratização do crédito. E esse acesso ao crédito permitiu que milhões de famílias no nosso país comprassem eletrodoméstico, computador, automóvel, casa própria, viajassem, inclusive pela primeira vez de avião. E assim, um dos instrumentos, além de outros como os programas de transferência de renda e de criação de empregos responsáveis pela criação do imenso mercado consumidor que nesse período foi formado, foi determinante. Esse mercado consumidor, ele incentiva o crédito para dinamizar a produção do Brasil, gerar empregos, sustentar o crescimento de nossa economia, e também permitiu a todos os brasileiros e brasileiras deste país perceber a enorme força do nosso mercado interno (ROUSSEFF, 2011a).

Porque quando este país for de 190 milhões de consumidores... É por isso que ele é grande, porque ele tem uma população da dimensão da nossa população, que faz com que nós sejamos capazes de enfrentar qualquer crise, porque nós somos também uma parte substantiva dessa grande defesa, que é o nosso mercado interno. (ROUSSEFF, 2011b).

Para que o Brasil seja, de fato, essa nação desenvolvida, essa nação sustentável e, sobretudo, para que nós tenhamos um tecido social, de fato, de classe média [...] um conjunto de cidadãos que, como consumidores e agentes produtivos sejam forças essenciais para o nosso país. (ROUSSEFF, 2012).

As manifestações da Sra. presidenta poderiam ser tomadas como expressões circunstanciais. No entanto, é preciso reconhecer que a política social mais importante das últimas décadas também se organiza em torno da noção do indivíduo consumidor que realiza suas capacidades no mercado.

As Políticas Públicas de Combate à Pobreza em execução no Brasil adotam as formulações do Banco Mundial (WORLD BANK, 2001, 2006 e 2011) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) para definir seus objetivos e metas. Ao arcabouço teórico dessas Instituições somam-se a Teoria da Justiça, de John Rawls (2003, 2008), e a abordagem do Desenvolvimento Humano, de Amartya Sen (1991, 2000). A adesão das Políticas Públicas de Combate à Pobreza no Brasil a essas formulações pode ser verificada na apropriação dos conceitos e objetivos dessas Instituições e autores pelo Programa Bolsa Família e pelo Programa Brasil Sem Miséria, os dois principais Programas de Distribuição de Renda do país (BRASIL, 2004a, 2004b e 2012).

Sen (1991, 2000) compartilha com Rawls (2003, 2008) a defesa de uma vida virtuosa e, nesse aspecto, a relevância da filosofia aristotélica das virtudes é inegável para as duas teorias, apesar de suas diferenças. Contudo, a deontologia clássica de Aristóteles, que prega a observância das normas morais para o bem comum, não é suficiente para pautar a vida dos indivíduos na sociedade capitalista contemporânea. Em decorrência, Sen (1991) remete ao utilitarismo consequencialista para tornar possível uma deontologia no modo de produção vigente. Uma contribuição do consequencialismo, enquanto fundamentação moral, para a ideia de desenvolvimento como liberdade de Sen (2000) é ativar a capacidade de julgamento dos indivíduos.

Nesta proposição eles se tornam o fiel da balança das ações realizadas no âmbito do mercado, lócus de realização da liberdade na teoria do desenvolvimento humano.

O PNUD (2010) apresenta os Relatórios do Desenvolvimento Humano como sendo embasados na teoria de Amartya Sen. Assim, nos parece razoável afirmar que suas publicações compartilham os pressupostos teóricos desse autor. Na mesma direção, compreendemos que estas abordagens se orientam por um foco em indivíduos atomizados: os sujeitos capazes de alcançar bens no mercado (de consumir) e, deste modo, maximizar suas liberdades e realizar seus funcionamentos valiosos.

As implicações da atomização social são evidentes quando se reflete sobre seu impacto no amortecimento dos conflitos sociais e no arrefecimento da organização para lutar por transformações da realidade. Nesse sentido, vale a pena seguir a indicação de Ridenti (2009) e perguntar de que desenvolvimento se está falando e que sociedade está sendo construída.

Um caminho para produzir subsídios para esta reflexão reside em seguir os ensinamentos de Walter Benjamin (2006) sobre a necessidade de que cada época presente esteja em sincronia com determinados momentos de sua história. Neste texto, defendemos a relevância de retomar as contribuições de uma geração de homens e mulheres que, nas décadas de 1950 e 1960,

partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade (FERREIRA, 2001, p. 15).

A derrota desta geração, em 1964, não justifica silenciar suas experiências e projetos, pelo contrário! Seguindo os passos de Wal-

ter Benjamin (2006), estamos convencidos de que para interpretar o presente é preciso remeter a interpretação ao passado, à explosão do ocorrido, em uma relação na qual o passado é atualizado e reinventado a partir das interrogações que o presente faz. Não há, portanto, um passado objetivo e neutro, que se guarde e possa ser reconstruído, mas uma construção que o próprio presente realiza em sua viagem aos tempos pretéritos (FORSTER, 2010). Para que isto se efetive é preciso permitir que o ocorrido entre em nossa vida, é preciso um sentido de proximidade que vá além da empatia fugaz. Nessa concepção, os objetos e acontecimentos passados não são imóveis nem imutáveis, já que a dialética os revolve e revira para baixo o que está por cima. Este revirar da história é o que permite o diálogo entre as gerações do presente e do passado. “Melhor dizendo, um diálogo entre as gerações em luta do presente e alguns representantes das gerações do passado que lutaram e deixaram plasmada essa luta em obras que são cristais que guardam conhecimentos importantes que somente podem ser alcançados à luz do presente” (TISCHLER, 2008, p. 105).

Seguindo estas indicações, construímos, neste texto, um diálogo com alguns intelectuais, artistas e políticos que fizeram parte destas gerações que, no passado, lutaram por um projeto generoso e solidário de desenvolvimento para o país, projeto este que pode ser representado pelas palavras de Álvaro Vieira Pinto (2008, p. 420): “desenvolvido é o país soberano, ou seja, que experimenta um modo de ser existencial da população autônoma e com igualdade cultural, social e econômica”.

No próximo item retomamos Walter Benjamin, fonte de inspiração para a construção textual que faremos na sequência. Finalmente, ensaiamos diálogos tentativos na construção de constelações que interrompem o fluxo do imediato.

A citação e a construção da imagem dialética no tempo-do-agora

Neste ensaio nos interessa especialmente o modo sintético-textual através do qual Benjamin, como escritor, compunha relações e

convertia conjuntos de referências de um modo relativista no qual a contingência fica inscrita desde o princípio (JAMESON, 2011). As referências, sob a forma de múltiplas e frequentemente longas citações produzem, na escrita de Benjamin, a articulação do familiar e do estranho.

A citação é repetição sem ser coincidência, é refúgio na dimensão do mesmo e apelo a um outro". [...] a citação se coloca fora da lógica da identidade uma e una. Alegórica, ela torna manifesta a inadequação entre o contexto original e o atual, entre o objeto e sua representação. [...] *Citare* é por em movimento, trazer para si, chamar. [...] A citabilidade supõe eternidade da obra ou permanência das virtualidades de um acontecimento do passado, eternidade que não é um tempo infinito, mas relação entre o passado e sua renovação. [...] Citar é abandonar o contexto familiar pelo estranho, é transformar o estranho em familiar e o familiar em estrangeiro. [...] Citação, choque e silêncio [...] dizem respeito ao método de investigação. Este é mais um decurso que um curso. É alegórico, contrapõe-se à lógica da identidade, da adequação do conceito à coisa. (MATOS, 2002, p. 285-286)

A citação ressoa como o eco de sons emitidos no passado; um eco que penetra como algo já vivido, uma imagem dialética no tempo-do-agora: aquele instante que interrompe o contínuo da história. Se há alguma totalidade no tempo histórico, esta totalidade está fundada pela intensidade da experiência vivida no tempo-do-agora. Nesta concepção do tempo se encontra a primazia do tempo presente, da experiência do presente e da ação no presente. O tempo-do-agora abre um momento de experiência em um sentido histórico e político, uma cristalização de histórias e tempos do passado e do presente que não têm qualquer continuidade (LINDROOS, 1998).

Assim, o olhar histórico não se dirige mais para trás, do presente em direção à história, e sim parte dela para a frente, em direção ao presente. Ou seja, a relação com o passado não é a de uma arqueologia, mas de atualização, de interpelação direta e crítica a partir do presente. O passado se atualiza e se reinventar como passado a partir das interrogações que o presente faz sobre si mesmo. Não há, portanto, um passado objetivo e neutro que se guarde e possa ser reconstruído, mas uma construção que o próprio presente realiza em sua viagem aos tempos pretéritos (FORSTER, 2010).

Além disto, trata-se de aplicar à história o princípio das montagens: "erguer grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total" (BENJAMIN, 2006, p. 503).

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem. (BENJAMIN, 2006, p. 504).

A metáfora da constelação é fundamental para compreender a filosofia da história de Benjamin. Se tomarmos as estrelas como dados empíricos (fatos e fragmentos do passado) virtualmente ilimitados em sua quantidade e virtualmente intemporais em sua existência, então a tarefa científica reside em descobri-los e a tarefa política em vinculá-los, construindo figuras legíveis no presente, produzindo constelações, variantes da verdade. As constelações são estrelas a nos orientar em nosso próprio tempo (BUCK-MORSS, 1998).

Mas não basta produzir outras constelações, os fatos por elas revelados precisam explodir o contínuo, não substituí-lo por um novo: “a especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo da repetição – na história” (BENJAMIN, 2006, p. 515). Nesta tarefa as palavras, articuladas sob a forma de conceitos, tem um papel central: “Para o dialético, o que importa é ter o vento da história universal em suas velas. Pensar significa para ele: içar velas. O que é decisivo é *como* elas são posicionadas. As palavras são suas velas. O modo como são dispostas transforma-as em conceitos” (BENJAMIN, 2006, p. 517).

A relação com a história universal é de renúncia ao seu elemento épico, à continuidade da história reificada, à celebração que encobre os momentos revolucionários, os pontos nos quais a tradição se interrompe: “que o objeto da história seja arrancado, por uma explosão, do *continuum* do curso da história”. No entanto, não se trata de uma escolha aleatória de objetos: a historiografia materialista arranca os objetos, “por uma explosão, do curso da história”, formando uma constelação que ameaça tanto a tradição quanto seus destinatários. O objetivo é “ultrapassar o domínio do pensamento” (BENJAMIN, 2006, p. 517) e iluminar a práxis.

Ecoss do povo

O povo revolucionário

Quem é o povo, hoje, no Brasil? São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fieis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a revolução brasileira (SODRÉ, 1962).

O povo consciente que realizará o desenvolvimento

O processo de desenvolvimento, como totalidade, não depende da ação isolada de grandes individualidades, de audazes realizadores, que, por gestos mágicos, e operando contra um meio incapaz de compreendê-los, rebelde e hostil, tiram do nada as grandes empresas e triunfam sobre a passividade e a descrença generalizadas. Tal concepção não tem apoio na compreensão orgânica do processo histórico; é apenas um devaneio romântico, vagamente ilustrado pela biografia romanceada dos grandes pioneiros. O que a ciência da história tem comprovado é a nossa afirmação inicial: uma ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares. [...] o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas (PINTO, 1956).

O povo em luta: operários e camponeses

*Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha
Porque desfrutais da terra
E a terra é de quem trabalha
Bem como os frutos que encerra
Senhores Barões da terra
Preparai vossa mortalha. [...]*

*Nossa guerra forja e funde
O operário e o camponês;
Foi ele quem fez o forno
Onde assa o pão que comeis
Com seu martelo e seu torno
Sua lima e sua torquês,
Foi ele quem fez o forno
Onde assas o pão que comeis.
(MORAES, 1962).*

O povo, gente humilde que resiste e comove

*Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim
Todo o meu peito se apertar
Porque parece
Que acontece de repente
Como um desejo de eu viver
Sem me notar
Igual a tudo
Quando eu passo no subúrbio
Eu muito bem
Vindo de trem de algum lugar
E aí me dá
Como uma inveja dessa gente
Que vai em frente
Sem nem ter com quem contar.
Garoto, Vinicius de Moraes e Chico Buarque, 1969.*

O povo que reivindica e pressiona por reformas

*Este é um encontro do povo com o governo. Encontro com esta multidão e com os milhões que, através dos seus rádios, do recesso de seus lares, estão presentes não apenas para aplaudir, mas para dialogar com o governo. Se fosse apenas para aplaudir, não seríamos um povo independente, mas um rebanho de ovelhas. O povo está aqui para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar sua inconformidade com a situação que estamos vivendo. [...]
Povo e governo, num país como o nosso, devem formar uma unidade. Unidade esta que já existiu em agosto de 1961, quando o povo praticamente de fuzil na mão, repeliu o*

golpismo que nos ameaçava e garantiu os nossos direitos. Unidade, esta, que já existiu no plebiscito de janeiro de 1963, quando mais de dez milhões de brasileiros exigiram o fim da conciliação do parlamentarismo e a realização imediata das reformas.

Quando uma multidão se reúne como nesta noite, isto significa um grito do nosso povo nos caminhos da sua libertação. Em verdade, se conseguirmos hoje a restauração daquela unidade, o presidente poderá retornar, através da manifestação do povo, às origens de seu governo. E, para isso, será suficiente que ponha fim à política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista.

Leonel Brizola, 13 de março de 1964.

O povo que anuncia a manhã

*Eu sei que todos a viram
e jamais a esquecerão.
Mas é possível que alguém,
denso de noite, estivesse
profundamente dormido.
E aos dormidos – e também
aos que estavam muito longe
e não puderam chegar,
aos que estavam perto e perto
permaneceram para vê-la;
aos morimbundos nos catre
e aos cegos de coração –
a todos que não a viram
contarei desta manhã
- manhã é céu derramado
é cristal de claridão –
que reinou, de leste a oeste,
de morro a mar – na cidade.*

*Pois dentro desta manhã
vou caminhado. E me vou
tão feliz como a criança
que me leva pela mão.
Não tenho nem faço rumo:
vou no rumo da manhã,
levado pelo menino
(ele conhece caminhos
e mundos, melhor do que eu). [...]*

*E de repente a manhã
- manhã é céu derramado,
é claridão, claridão –
foi transformando a cidade
numa praça imensa praça,
e dentro da praça o povo
o povo inteiro cantando,
dentro do povo o menino
me levando pela mão.
Thiago de Mello, 1978.*

O povo predestinado

*Somos povos novos ainda na luta por nos fazermos a
nós mesmos como um gênero humano novo que nunca
existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas
também muito mais bela e desafiante.
Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma.
Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior
das nações neolatinas, pela magnitude populacional,
e começa a sê-lo também por sua criatividade artística
e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnolo-
gia da futura civilização, para se fazer uma potência
econômica, de progresso autossustentado. Estamos nos*

*construindo na luta para florescer amanhã como uma
nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si
mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, por-
que incorpora em si mais humanidades. Mais generosa
porque aberta à convivência com todas as raças e todas
as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa
província da Terra.*

Darcy Ribeiro, 1995.

Constelações que dissipam a aparência do sempre-igual

Rememorar estas ideias, a partir destes ecos que ressoam vindos do passado e penetrando no vivido, produz uma imagem no tempo-do-agora que nos ajuda a irromper o contínuo encoberto pela aparência do sempre-igual.

O tempo-do-agora se refere à possibilidade de promover rupturas no presente em articulação com a rememoração das experiências e práxis de gerações passadas. Esta rememoração nos permite tomar distância do imediato e reivindicar o que existe fora de sua força destruidora, fora do cortejo triunfal das versões oficiais e dominantes da história.

A necessidade de buscar ecos do povo, e ouvi-los, é uma decorrência do fato de que uma destas versões oficiais e dominantes da história, uma construção organizada a partir da academia, desqualificou toda e qualquer referência ao povo, instituindo no senso comum uma palavra de intensa carga negativa: populismo. Na tese do populismo (IANNI, 1975; WEFFORT, 1978), o tema do nacional-popular é desqualificado de tal modo que o passado das lutas operárias e socialistas é negado devido à sua suposta subordinação e dependência do poder público e do atrelamento às suas lideranças. A presença dos trabalhadores na vida política do país, apesar de visível nas ruas desde a revolta contra o suicídio de Vargas em 1954, passando pela defesa da posse de Juscelino e da luta pela Legalidade quando da renúncia de Jânio, até

a defesa das reformas de base no governo Jango (FERREIRA, 2006), é, nestas construções, desqualificada e obscurecida.

Com a disseminação desta tese, ao ponto de converter-se em senso comum, como já dissemos, o povo que resiste, trabalha e luta desaparece, sendo substituído pelo indivíduo que consome e se consome para consumir. Como estudiosos e pesquisadores temos repercutido esta lógica, contribuindo para sua disseminação ao silenciarmos quando toda e qualquer ação e/ou organização que reivindica o povo como categoria é imediata e facilmente desqualificada por referência ao populismo.

Em decorrência, a ideologia do desenvolvimento se transmuta, mas mantém sua centralidade como organizadora das relações sociais e das políticas públicas – incluindo as econômicas. Em nome do desenvolvimento se dissemina outra ideologia: a do consumismo. Sklair (2010, p.136) a define como “um conjunto de crenças e valores do sistema capitalista globalizado, articulada para fazer as pessoas acreditarem que a dignidade humana e a felicidade são alcançadas nos termos do consumo e das posses”.

Ao mesmo tempo em que diversas famílias de não-consumidores (VIEIRA PINTO, 2008) entram no mercado, o discurso otimista que associa a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza com o aumento do consumo suprime da agenda a discussão de problemas sociais e estruturais historicamente presentes na realidade brasileira. Esta supressão fica mais fácil porque os valores coletivos e solidários que impulsionavam o sonho de um desenvolvimento que resultasse da consciência e organização das massas foi substituído pela crença na realização através do consumo.

Aqui é preciso retomar as formulações de Sen (1997), devido à sua já explicitada influência na formulação das políticas de combate à pobreza, incensadas pela Sra. Presidenta devido aos seus resultados positivos para o mercado interno. Sen (1997, p. 1) entende que as desigualdades entre os indivíduos podem ser prejudicial para o funcionamento das sociedades, pois “a desigualdade é um ingrediente

comum da rebelião”: Para ele, “também é importante reconhecer que a percepção da desigualdade, e o conteúdo desse conceito, depende substancialmente das possibilidades de uma rebelião de fato”. A partir da, o autor desenvolve uma abordagem das desigualdades econômicas capaz de minimizar as possibilidades de revolta popular. Nela, Sen (1997 e 2000) propõe que sejam adotados mecanismos de distribuição de renda a partir de comparações entre indivíduos. Com esta distribuição, os indivíduos podem recorrer ao mercado para alcançar estados valorizados e realizar fazeres que, individualmente, consideram importantes. No mercado, as liberdades individuais se associam com as disposições sociais existentes, se reforçando mutuamente (SEN, 2000). Esse mecanismo opera uma distribuição de renda sem que haja alteração na distribuição das riquezas produzidas socialmente e, ao mesmo tempo, mitiga as possibilidades de rebelião popular.

É assim que o povo novo por se fazer como novo gênero humano, sonhado por Darcy Rebeiro, se transforma no dócil consumidor que passa suas tardes de domingo perambulando pelos corredores do *shopping center*, estes ícones arquitetônicos do consumo. É assim que a gente humilde que resiste e vai em frente, aquela gente que comovia Garoto, Vinicius e Chico, pensa que, agora, tem com quem contar, já que, de fato, suas condições de vida tão deterioradas ao serem razoavelmente melhoradas produzem otimismo e esperança. Como indicava Álvaro Vieira Pinto (2008, p. 321-2), ao distinguir entre o consumidor e o não-consumidor:

É evidente que numa sociedade declarada farta, que sacralizou o consumo, dele se orgulhando, porque o julga o rasgão do firmamento por onde desce a voz da divindade que abençoa, repetimos, é evidente que em tal meio não pode ser o mesmo o conceito de consumo imaginado pelo consumidor e o que nasce no espírito do infeliz não-consumidor. [...] O consumidor para quem o consumo é um hábito social que exerce continuamente e em relação a tudo quanto lhe apetece, considera-se naturalmente instalado nessa condição em virtude de

um direito que lhe é inerente e que pratica livremente, sem indagar se todos os homens dele gozam igualmente. [...] O não-consumidor, para quem o consumo é um ato excepcional, para quem a compra de um objeto, às vezes de uso banal ou imperceptível para a classe dominante, reveste-se de um estado psicológico de esperança, de ansiedade e frequentemente de dúvida sobre a sensatez da decisão, tem de ser, obrigatoriamente, o indivíduo que não está tranquilamente consciente do direito de consumo de tal coisa.

É assim que este não-consumidor esperançoso e amortecido esquece que cabe a ele construir as trincheiras de utopia onde o amanhã seja “céu derramado”, “cristal de claridão”, como sonhava Thiago de Mello. Ele esquece que a luta precisa continuar, e se incomoda quando os trabalhadores sem terra ou sem moradia interrompem o trânsito pelo qual se desloca instalado em seu carrinho novo, comprado em muitas, muitas prestações no crédito democratizado de que tanto se orgulham nossos dirigentes.

Porém, alguns ainda se recusam a tomar o endividamento crescente das famílias brasileiras e o fato de que 100% das famílias de classe média têm televisão em cores e geladeira (100%), 98% rádio e DVD, 90% máquina de lavar roupas, 75% freezer e 54% aspirador de pó (SOUZA e LAMOUNIER, 2010), como indicadores de desenvolvimento. Para estes, que persistem em imaginar que desenvolvimento, para além do necessário conforto a que com igualdade todos têm direito, se refere ao “modo de ser existencial de uma população autônoma e com igualdade cultural, social e econômica” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 420), a rememoração dos sonhos dos vencidos se constitui em inspiração importante e irrecusável.

Como indica Benjamin (2006), os vencidos da história têm um direito sobre nós. Estamos em dívida com eles porque sonhamos sonhos que também eram para nós. Por isto, não podemos esquecê-los nem contribuir para que suas aspirações e sua garra sejam esquecidos, de tal modo que o presente não se reconheça como referido a eles.

O que fizemos neste ensaio foi *ensaiar* aproximações. O que fizemos foi sonhar, ainda que por breves instantes, os sonhos dos derrotados. O que fizemos foi, com a rapidez e intensidade de um raio, erguer um brinde emocionado ao povo que pretendeu fazer a revolução; ao povo consciente que desenvolveria o país, ao povo organizado que lutava, reivindicava, pressionava; ao povo que anunciava o amanhã; ao povo predestinado que floresceria em uma nova civilização. Ergamos um brinde ao povo, no tempo-do-agora que rompe, por um instante, a aparência do sempre-igual organizada pelo fluxo do individualismo e do consumismo.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.835**, de 08 de janeiro de 2004. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família. **Valores dos Benefícios**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Notícias. **Busca Ativa do Brasil Sem Miséria identifica 550 mil famílias em menos de um ano**. Brasília, 5 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/abril/busca-ativa-do-brasil-sem-miseria-identifica-550-mil-familias-em-menos-de-um-ano>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRIZOLA, Leonel. **Discurso na Central do Brasil em 13 de março de 1964**. Disponível em: <http://brasilrepublicano.com.br/fontes/11.pdf>. Acesso em: 14 Abril 2012.

BUCK-MORSS, Susan. **Walter Benjamin**: entre moda acadêmica e avant-garde. Palestra proferida na USP em 1998.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.

FORSTER, Ricardo. **Benjamin**: una introducción. Buenos Aires: Quadrata, 2009.

GAROTO; MORAES, Vinicius; BUARQUE, Chico. **Gente humilde**. 1969. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/letras/gentehum_69.htm. Acesso em: 24 Mar. 2012.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JAMESON, Fredric. Lecturas de Benjamin. *Minerva*, v.4, n.27, 2011. Disponível em: http://www.circulobellasartes.com/ag_ediciones-minerva-LeerMinerva.php?art=474. Acesso em: 24 Mar. 2012.

LINDROOS, Kia. **Now-Time/Image-Space**: temporalization of politics in Walter Benjamin's philosophy of history and art. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 1998.

MORAES, Vinicius. Os homens da terra. In: **Cadernos do Povo Brasileiro**: Poemas para a liberdade – Violão de Rua. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 82-85

MATOS, Olgária C. F. Walter Benjamin: a citação como esperança. *Revista Semear*, v.6, p. 285-296, 2002.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Poema "Notícias da Manhã", p. 86-89.)

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 2010**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/>. Acesso em: 22 jun. 2011.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Ediora Schwarcz Ltda., 1995.

RIDENTI, Marcelo. Desenvolvimentismo: o retorno. *Temas Brasil*, Janeiro 2009. Disponível em: http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=1022. Acesso em: 24 Mar. 2011.

ROUSSEFF, Dilma. **Cerimônia de lançamento do CRESCER**: Programa Nacional de microcrédito. Palácio do Planalto, 24 de agosto de 2011a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-crescer-2013-programa-nacional-de-microcredito>. Acesso em: 20 Abril 2012.

ROUSSEFF, Dilma. **Cerimônia de assinatura do termo de pactuação do plano Brasil sem Miséria com governadores do Norte**. Manaus, 28 de setembro de 2011b. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-de-pactuacao-do-plano-brasil-sem-miseria-com-os-governadores-do-norte-manaus-am>. Acesso em: 20 Abril 2012.

ROUSSEFF, Dilma. **Cerimônia de posse do ministro do desenvolvimento agrário Pepe Vargas**. Palácio do Planalto, 14 de Março de 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-desenvolvimento-agrario-pepe-vargas-brasilia-df>. Acesso em: 20 Abril 2012.

SEN, Amartya. **Sobre ética y economía**. México, D. F.: Alianza Editorial, 1991.

SEN, Amartya. **Inequality reexamined**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKLAIR, Leslie. Iconic architecture and the culture-ideology of Consumerism. *Theory, Culture & Society*, v. 27, n.5, p.135-159, 2010.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER; Bolívar. **A classe media brasileira**. São Paulo: Ed. Campus, 2010.

TISCHLER, Sergio. Tiempo y emancipación: Mijail Bajtin y Walter Benjamin en la Selva Lacandona. In: VEDDA, Miguel (Comp.) **Constelaciones dialécticas**: tentativas sobre Walter Benjamin. Buenos Aires: Herramienta Edicions, 2008. p. 105-144.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimentismo nacional**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **Quem é o povo no Brasil?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. (Volume 2 dos Cadernos do Povo Brasileiro)

WORLD BANK. World Bank Group. **World Development Report**. 2001. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSP/IB/2007/09/12/000020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2011.

WORLD BANK. World Bank Group. **World Development Report**. 2006. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSP/IB/2005/09/28/000012009_20050928150847/Rendered/PDF/335910rev0ENGLISH0WDR200600vreview.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2011.

WORLD BANK. World Bank Group. **About Us**. 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410-piPK:36602-theSitePK:29708,00.html>>. Acesso em: 08 jul. 2011.